

FUNDAMENTO LEGAL

1. FUNDAMENTO LEGAL

Considerar os fundamentos legais apresentados na IN 100.001, na IN 100.002 e ainda:

1.1. LEGISLAÇÃO FEDERAL

- Decreto-Lei nº 1.413/75 que dispõe sobre o controle da poluição no meio ambiente provocada por atividades industriais;
- Decreto nº 76.389/75 que dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial que trata o Decreto-Lei nº 1.413/75;
- Portaria MINTER nº 231/76 que estabelece padrões de qualidade do ar;
- Lei nº 6.803/80 que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição;
- Portaria Ministério da Saúde nº 518/2004 que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;

1.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- Lei n.º 12.493 de 22 de janeiro de 1999 que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências;
- Lei n.º 12.726 de 26 de novembro de 1999 que Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências;
- Lei nº 13.448 de 11 de janeiro de 2002 que dispõe sobre Auditoria Ambiental Compulsória;
- Lei n.º 13.806 de 30 de setembro de 2002 que dispõe sobre atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar, conforme especifica e adota outras providências;
- Decreto Estadual Nº 4646 de 31 de agosto de 2001 que dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e adota outras providências;
- Decreto nº 6674 de 03 de dezembro de 2002 que aprova o regulamento da Lei nº 12.493, de 1999;

- Decreto nº 2076 de 07 de novembro de 2003 que Aprova o Regulamento da Lei nº 13.448, de 2002, que dispõe sobre Auditoria Ambiental Compulsória e adota outras providências;
- Resolução SEMA 041, de 09 de dezembro de 2002, que estabelece padrões de emissões atmosféricas;
- Portaria nº 049/05/IAP/GP – estabelece procedimentos para Auditoria Ambiental Compulsória.
- PORTARIA IAP Nº 019, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2006 - Aprova e determina o cumprimento da Instrução Normativa DIRAM nº 002/2006, que estabelece o Sistema de Automonitoramento de Atividades Poluidoras no Paraná.

1.3. RESOLUÇÕES DO CONAMA

- Resolução nº 006, de 15 de junho de 1988, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades industriais geradoras de resíduos perigosos;
- Resolução nº 003, de 28 de junho de 1990, que estabelece padrões de qualidade do ar e amplia o número de poluentes atmosféricos passíveis de monitoramento e controle;
- Resolução nº 008, de 06 de dezembro de 1990, que estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar a nível nacional;
- Resolução nº 313, de 29 de outubro de 2002, que dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais;
- Resolução nº 357, de 17 de março de 2005 - dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.